



# ACTAS

## ATA Nº 2

Aos dezasseis dias do mês de Novembro de dois mil e doze, reuniu-se no Centro Bonny Stilwell, situado no Largo da Ajuda nº 18, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Lisboa, conforme o artigo nº 38º, alínea 1, do presente Estatuto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um – Apreciação, discussão e votação da proposta de alienação do Prédio da Travessa Agua Flor nº 1 a 5, em Lisboa, assim como, da fração subcave esquerda síta na Rua Marquês de Alorna nº 6 – Bons-Dias – Ramada.

Ponto Dois – Apreciação, discussão e votação do Plano de Ação e da Previsão Orçamental para o ano de 2013

O Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos, tendo a Mesa começado por verificar o Livro de Presenças. Não havendo o número suficiente de associados para se poder realizar a Assembleia, a Mesa foi obrigada, conforme manda o artigo 43º, nº1 e 2 dos Estatutos, a suspender os trabalhos, sendo marcada o início da sessão para as vinte e uma horas.

À hora marcada o Sr. Presidente da Mesa deu então início aos trabalhos, estando presentes na sala trinta e seis sócios efetivos.

Conforme o artigo 42, nº2, dos Estatutos, a Convocatória da Assembleia Geral, foi publicada nos jornais diários “Correio da Manhã” e “Diário de Notícias” respetivamente do dia 31 de outubro dois mil e doze e 1 de Novembro dois mil e doze tendo estes documentos ficado apensos a esta acta, com o nº 2 e 3, respectivamente. Estão, também apensos a esta ata o Plano de Atividades e Orçamento para 2013 – com o nº 4 e a Convocatória da Assembleia com o nº 1.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a Ordem de Trabalhos, que foi aprovada pela totalidade dos associados presentes.

Antes da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia apresentou o pedido de desculpas pelo atraso na marcação da Assembleia, tendo em conta o estabelecido estatutariamente.

De seguida deu início ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos explicando que, na sequência das negociações realizadas conforme mandato conferido em assembleia geral de 2003, o Sr. presidente da Direcção lhe tinha apresentado propostas para a venda de dois imóveis que leu, tendo em seguida dado a palavra ao senhor presidente da Direcção para explicar melhor o teor dessas propostas antes das mesmas serem submetidas a votação.

O Sr. Presidente da Direcção informou os associados que, numa Assembleia Geral de 2003, foi discutido a questão do património da organização, tendo sido explicado detalhadamente todas as situações referentes aos imóveis. Nesta mesma Assembleia Geral foi nomeada uma comissão para encetar todo o trabalho e as diligências necessárias para o início da venda dos mesmos. Dessas diligências, não aparecerem interessados na compra. Os prédios encontravam-se muito degradados e ainda existiam inquilinos nos mesmos, o que tornava difícil a concretização da venda destes imóveis. No entanto, houve um contacto do único inquilino do prédio da Travessa Agua Flor nº 1 a 5, que se propôs a fazer obras na fachada do prédio, dada o perigo iminente de derrocada assim como as grandes infiltrações que tinham vindo a acontecer no seu andar, o qual a direcção deu autorização, tendo ficado esse encargo por conta do inquilino.

# ACTAS



Passado algum tempo e por proposta do inquilino foi feita a oferta de compra do imóvel no montante de 335.700€. O Sr. Presidente da Direção informou que caso essa venda tivesse sido realizada há uns anos a verba teria sido para aplicar na obra de construção do novo Lar de Alapraia, mas como a sua construção se concretizou sem precisar desse financiamento, cabe á nova Direção que for eleita, decidir da aplicação da verba resultante dessa venda, sendo certo que não se poderá esquecer que ainda existem prédios a necessitar de recuperação e que uma parte da verba será para esse efeito. De referir que há pouco tempo a creche sofreu obras de remodelação e o Centro Bonny Stilwell também levou obras de recuperação, obras essas que tinham que sido feitas por imposição da Segurança Social.----- Pediu a palavra a associada Cecília Sancho para questionar se o Lar da Penha de França também não está a precisar de obras, à qual foi respondido que futuramente também terá que ser intervencionado. Pediu a palavra o associado Mário Matos para dizer que o destino da verba resultante da venda do imóvel da Travessa Agua Flor nº 1 a 5 não deverá ser aplicada, em princípio, para a reparação e conservação dos prédios. Essas despesas terão que ser suportadas pelo Orçamento. A verba resultante da venda deverá ser aplicada num fundo de desinvestimento. ----- De seguida tomou, novamente, a palavra o Sr. Presidente da Direção para apresentar a proposta do segundo prédio que é a fração subcave esquerda sita na Rua Marquês de Alorna nº 6 – Bons-Dias – Ramada. O referido imóvel encontra-se por alugar há vários anos tendo surgido recentemente a oportunidade de alugar com a opção de compra daqui a cinco anos. Assim a proposta é de 700€ por mês de renda e ao fim de cinco anos o imóvel é vendido por 110.000€, acrescendo a esta verba o montante de 7.500€ referente às despesas do IMI. Essa é a proposta que foi apresentada ao comprador, ficando a aguardar a resposta.----- Pediu a palavra o associado Mário Matos para dizer que propõe que a Direção seja mandatada para proceder às respetivas diligências. ----- De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral para colocar à votação a autorização de venda dos imóveis apresentados anteriormente. ----- Assim, foi colocada a proposta de venda ao inquilino do prédio da travessa agua flor nº 1 a 5, em lisboa, pelo preço de 335.700€, tendo sido aprovada por unanimidade. ----- Em seguida foram colocadas à votação as propostas de arrendamento, pelo prazo de 5 anos e mediante o pagamento de renda mensal de 700€ da fração subcave esquerda sita na Rua Marquês de Alorna nº 6 – Bons-Dias – Ramada, bem como a sua subsequente venda, pelo preço de 110.000€, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade. ----- Em seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral leu um requerimento apresentado pelo associado Mário Matos que ficou apenso a esta ata com o número cinco, que passa-se a transcrever “Considerando: 1- A autorização concedida por esta Assembleia Geral para venda do imobiliário proposto na Ordem de Trabalhos de hoje; 2- O facto de a transformação do valor do imobiliário em moeda apenas representar uma alteração na forma da sua representação, devendo manter-se clara a origem em desinvestimento; 3- Que os fundos assim gerados devem ser utilizados pelas Direções para destinos, que com a mesma natureza, seja investimento, e só em circunstâncias muito excepcionais outros fins. Venho requerer que a Assembleia Geral delibere que esses valores sejam objecto de um registo contabilístico específico, denominado Fundos de Desinvestimentos ou similar, onde se dê evidência a todos os movimentos monetários efetuados e respectivos destinos, a constar nos respectivos Relatório e Contas anuais, para apreciação e aprovação em Assembleia Geral”.

## ACTAS

Hola ep  
J. Almeida

Após a leitura do requerimento o associado Mário Matos explicou ainda que devem ser explicitados todos os movimentos e aplicações à Assembleia Geral e dependendo das situações conjeturais, a verba poderá ser utilizada e posteriormente ser reposta. Mais informou que deve vir no relatório de contas com a evidência necessária.

O Sr. Presidente da Direção pediu ao nosso Revisor oficial de contas que se pronunciasse sobre o assunto, a que respondeu que estes movimentos já estavam previstos no novo SNS ESNL (Sistema de Normalização contabilística para as Entidades do Setor não lucrativo), sendo uma obrigatoriedade da Instituição descrever e justificar todos os movimentos efetuados. Ainda referiu que mesmo, antes deste novo código, já se procedia às justificações dos movimentos desta natureza nos anexos entregues com o Relatório de contas.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia disse que, dada a conjuntura atual do nosso país, importa antes de mais garantir a continuidade da missão da nossa instituição, sempre zelando pelo bem-estar dos nossos utentes.

Pidiu a palavra o Sr. Presidente do Conselho Fiscal para dizer que há uma questão principal e importante que é a prestação de contas, por parte da Direção aos associados, e como virá a aplicar essas verbas. O modo como se traduz em documento tem que ser feito como determina o Plano Contabilístico.

Pidiu a palavra o associado Mário Almeida para referir que esta é uma situação extraordinária e como tal deve ser tratada extraordinariamente.

Voltou a pedir a palavra o associado Mário Matos para referir que o Relatório de Contas terá que ter uma rúbrica específica onde se encontra espelhada a verba aplicada e onde se regista as entradas e saídas dessa mesma verba.

Após esta intervenção do associado Mário Matos, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia questionou o associado se pretendia reformular a proposta apresentada, tendo este respondido negativamente. Em seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral pediu que fosse lida a parte da acta que se reportava às intervenções do associado Mário Matos tendo este afirmado que o seu teor reproduzia corretamente as suas intervenções.

O associado João Dias pediu a palavra para dizer que a proposta debatida na Assembleia encaixa no novo código contabilístico e por isso deverá ser tida em consideração.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a proposta apresentada pelo associado Mário Matos tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa informou que um associado lhe endereçou mensagem segundo a qual a venda de património devia ser tratada em Assembleia Geral Extraordinária e não podia constar como ponto da ordem de trabalhos na mesma convocatória que a do orçamento. O Sr. Presidente informou que foi consultar os estatutos e que conclui que o procedimento adotado não é incorreto pois só nas Assembleias Eleitorais não podem ser tratados outros assuntos.

O associado Mário Almeida informou que a questão que referiu no email não se prendia com este ponto mas sim com a ordem dos pontos, que deveria vir como ponto 1 o Plano de contas e Orçamento Previsional.

## ACTAS



O Sr. Presidente da Mesa referiu que considera mais adequado começar por saber que disponibilidades existem para se elaborar um Orçamento, o que levou a considerar como ponto um a aprovação e votação da alienação do edificado. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Direção para apresentar o Plano de Actividades para 2013. Começou por falar na sustentabilidade da Organização, que apesar de se encontrar numa situação financeira estável, não traduz total tranquilidade. Referiu que continuam a dedicar especial atenção aos valores assumidos pela organização, tornando-os presentes em todas as decisões. A Cooperação, a Inovação, a Confiança, a Valorização e o Respeito continuarão a balizar a atitude organizacional de modo a garantir o sucesso de toda a nossa acção. —— Mais ainda referiu que estamos a comemorar os 50 anos da organização, data importante na vida da nossa Associação, e que ainda temos alguns eventos por realizar——

A participação e o envolvimento de todos continuarão a ser um dos pilares da nossa sustentabilidade. Referiu que na política de recursos humanos conciliaremos as necessidades com as oportunidades, a mobilidade com a flexibilidade e darão prioridade às necessidades de formação dos colaboradores. —— Salientou ainda a questão dos direitos e deveres dos clientes, da participação de todos, a manutenção da certificação para a qualidade, com melhorias contínuas, esperando assim fazer sempre melhor.—— Referiu as parcerias existentes com diversas entidades, bem como da prestação de serviços nas diferentes respostas sociais——

A terminar a sua intervenção, o Presidente da Direção referiu que esta assembleia era a última em que apresentava o Orçamento e o Plano de ação porque se encontra de saída da Direção neste final de mandato. Foram quarenta anos ao serviço da instituição, foi sempre gratificante o que a organização fez por ele e pela sua família e que se encontra e encontrará sempre disponível e empenhado para continuar a dar os seus contributos.——

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vice-Presidente da Direção, que apresentou o Orçamento para 2013. Começou por agradecer às Diretoras Adjuntas a colaboração prestada na elaboração conjunta do orçamento e referiu que a Direção teve muita dificuldade em elaborar os objectivos estratégicos de modo a que estes estejam em linha com o respectivo orçamento. Salientou que estes próximos três anos serão muito complicada dada a conjuntura que o nosso País está a atravessar, e que o orçamento foi elaborado com base nos valores de 2012. Os custos com pessoal é a grande percentagem do orçamento e a Direção teve que reformular a distribuição dos recursos humanos para uma melhor rentabilização. De referir que as Diretoras Adjuntas foram determinantes neste trabalho, relativamente à disponibilidade do pessoal, porque no que respeita à orçamentação da rubrica do pessoal para o novo lar da Alaparia não foi tido em conta esse custo precisamente porque haverá mobilidade do pessoal. Houve que optar por esta decisão ou então não teríamos um orçamento equilibrado.——

Nas áreas como por exemplo na área da Higiene e Segurança no Trabalho foi apresentado um relatório onde foram elencados vários riscos de segurança, pelo que a Direção propõe um plano de manutenção de prevenção curativa onde têm de contemplar algumas situações mais emergentes, as quais: revisão periódica dos telhados das instalações, inspeções periódicas às instalações do gás, eletricidade e esgotos, reparação das janelas de Pedralvas, arranjo da cave da Penha de França. Pensamos reservar cerca de 80.000€ numa primeira fase, contratando uma empresa especializada que irá monitorizar esses trabalhos.——

## ACTAS

De salientar que o orçamento na rubrica do pessoal foi inferior 1,4% em relação ao orçamento de 2012. Ainda dentro da rubrica do pessoal foi assinado um protocolo com a empresa "Iniciativa Solidariedade Sustentável", que está a estudar todos os contratos de prestadores de serviços e fornecedores vista a uma melhor rentabilização dos mesmos.

O Vice-Presidente disse, ainda, que a organização tem 826 Associados, 259 colaboradores, 683 clientes e muitos amigos e parceiros.

Por último, de referir que a Direção propõe o Resultado Líquido negativo do orçamento para 2013, no montante de **32.469,53€ (trinta e dois mil quatrocentos e sessenta e nove euros e cinquenta e três centimos)**.

Por último referiu que o documento está à disposição de todos e se encontra disponível para esclarecimento de dúvidas.

O Vice-Presidente da Direção deu por terminada a sua intervenção tendo de seguida o Presidente da Mesa da Assembleia colocado à discussão os documentos anteriormente apresentados.

Pediu a palavra o associado Mário Matos para questionar sobre a participação familiar, se estavam orçamentados os 12 meses, ao qual foi respondido afirmativamente. Questionou ainda sobre qual o resultado líquido previsto para o Lar da Alapraia. O Sr. Vice-Presidente respondeu que o novo Lar, com o acordo para 6 clientes, que foi o que foi orçamentado, suporta a receita de 122.000€ e uma despesa de 88.194€ havendo um diferencial de 33.806€, tendo em conta só as despesas da alimentação e outros fornecimentos e serviços, não incluindo a despesa com o pessoal. Relativamente ao CAO suporta a receita de 47.473,00€ e uma despesa de 32.430,00€, havendo o diferencial de 15.042,00€.

Pediu a palavra a associada Cecília Sancho para questionar a Direção se caso a capacidade do Lar não for totalmente preenchida como vão resolver a situação, à qual foi respondida que serão preenchidas com os supranumerários.

Pediu a palavra o associado Mário Matos para questionar se tem sido feito todos os esforços junto das entidades competentes para que o acordo seja celebrado na totalidade da capacidade do equipamento.

O Vice-presidente respondeu que a Direção tem feito todas as diligências para a celebração do acordo para os 12, não tendo sido fácil, dado o orçamento geral da segurança social ter sofrido alterações.

O associado Mário Matos referiu que com o fim da valência Sócio-Educativo haverá implicações financeiras. O associado João Dias explicou que o encerramento desta valência não é opção da instituição, decorre da opção do Governo e que decretou o seu fim para 2013. Contudo temos conhecimento de que há tribunais que estão a decidir pela igualdade de escolha e que estão a ponderar pelo encaminhamento para as escolas de educação especial das Instituições, iremos aguardar pelo que será decidido.

Tendo em conta que não houve mais nenhuma intervenção por parte dos associados presentes, relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento para 2013, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal para emitir o parecer daquele órgão. O Conselho Fiscal referiu que tanto o Plano de Ação como o Orçamento para 2013 estavam devidamente elaborados.

Por isso o Conselho Fiscal emitiu parecer favorável e recomenda à Assembleia aprovação do Plano de Ação e Orçamento para 2013 com o Resultado Líquido negativo, no montante de **32.469,53€ (trinta e dois mil quatrocentos e sessenta e nove euros e cinquenta e três centimos)**.

## ACTAS

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou à votação os referidos documentos, tendo sido aprovados por 36 (trinta e seis) votos a favor. Assim o referido Plano de Ação e Orçamento para 2013 foi aprovado com os seguintes valores: Rendimentos : 5.531.339,12€ (Cinco milhões quinhentos e trinta e um mil trezentos e trinta e nove euros e doze cêntimos), Gastos : 5.563.808,65€ (Cinco milhões quinhentos e sessenta e três mil oitocentos e oito euros e sessenta e cinco cêntimos) Resultado Líquido negativo 32.469,53€ (trinta e dois mil quatrocentos e sessenta e nove euros e cinquenta e três cêntimos), Orçamento de Investimentos 285.000,00€ (duzentos e oitenta e cinco mil euros).-----

Não havendo qualquer intervenção por parte dos associados, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a Ordem de Trabalhos, tendo-se lavrado a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada por todos os Membros da Mesa presentes. -----

Presidente

Vice-Presidente

Secretária